

## PROJETO BAIXO-AÇU: UMA POLÍTICA DE INTERESSES

Ávila Wanessa Soares dos Santos <sup>1</sup>  
Josué Basílio da Silva Junior <sup>2</sup>  
Francisco Leandro Duarte Pinheiro <sup>3</sup>

### RESUMO

O Projeto Baixo-Açu veio como uma forma de “redenção” para região do Vale. Seu intuito era de utilizar do potencial das terras para inserir o território no mercado industrial, fazendo jus à ideia do desenvolvimentismo, tão defendido pelo governo militar da época. Nas lentes do poder público, o crescimento era inevitável, a devida exploração dos hectares delimitados pelo decreto faria da microrregião uma liderança econômica no estado do Rio Grande do Norte, inserindo-o no cenário da agroindústria. Por outro lado, na visão dos moradores do Vale do Açu, não haveria esse tal avanço, apenas perderiam suas propriedades e teriam suas vidas completamente mudadas. E os latifundiários seriam desapoderados das suas porcentagens de influência no que diz respeito às decisões políticas da tradicional região. Em meio a tais acontecimentos, a imprensa deu voz a esses grupos na mesma intensidade em que a cidade de São Rafael era engolida pelas águas da barragem. O objetivo deste trabalho discutir os diferentes discursos dos agentes envolvidos na implantação do projeto.

**Palavras-chave:** Desenvolvimentismo, Baixo-Açu, Secas, Perímetros Irrigados, Barragem.

### 1 INTRODUÇÃO

Os períodos de grande estiagem e seca, com solo rachado e vento quente, com galhos cinza e gado morrendo de fome, perseguem aqueles que moram no semiárido do chamado Nordeste brasileiro. São milhares de Chicós Bento e Cordulinas – como os personagens de Rachel de Queiroz em *O Quinze* – que se submetem a péssimas condições de trabalho ou recorrem à caridade de modo a sobreviver até a chegada da chuva. Além da condição climática, implicações políticas, econômicas e sociais pautam a dura realidade dessa população “flagelada”<sup>4</sup>.

Mesmo com 31 ocorrências de estiagens no período colonial, a problemática só passou a interessar aos “poderes públicos” após a chamada “grande seca”. Segundo Duval Muniz, a seca de 1877 recebeu essa denominação e atenção porque parte dos grandes proprietários e membros da elite rural do então Norte sofreram diretamente os impactos do fenômeno, ao

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Administração no Instituto Federal- IFRN, [wanessasoares112@hotmail.com](mailto:wanessasoares112@hotmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Administração no Instituto Federal- IFRN, [josue.junior29@gmail.com](mailto:josue.junior29@gmail.com);

<sup>3</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, [leandro.dpinheiro@gmail.com](mailto:leandro.dpinheiro@gmail.com).

<sup>4</sup> Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.

mesmo tempo em que vinham perdendo o poder político que exerciam em nível nacional desde o período colonial, levando-os a explorar discursivamente aquela seca como instrumento de captação de recursos públicos<sup>5</sup>. Nesse sentido, Durval Muniz afirma:

Atingindo esta elite, (...) jogando alguns de seus membros na miséria, o que foi amplamente noticiado pela imprensa, que tem uma participação decisiva na reelaboração da imagem da seca, causou pânico e indignação contra a falta de proteção que lhe foi negada pelo Império, o qual cobria de benesses outras províncias, como aquelas produtoras de café. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; 1995)

Assim, utilizaram da seca para a sensibilização nacional. A estratégia era solicitar através dela qualquer recurso ou investimento que permitisse a recuperação dessas províncias. Ainda na atualidade, o “discurso da seca” revela a profunda interdependência entre o Estado e o poder oligárquico, favorecendo os desejos particulares da oligarquia local, no sentido de direcionar as ações do Estado segundo seus interesses.<sup>6</sup>

Em 29 de julho de 1975, o decreto de nº 76.046, publicado no Diário Oficial da União, declarava de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), uma área de terra titulada a diversos particulares, com 158.476,84 ha<sup>7</sup>. O decreto demonstra, ao tratar as terras como uma extensão indiferenciada, como se os interesses locais não existissem, que os estudos técnicos sobrepujam a barragem aos moradores diretamente atingidos pela medida, apontando para aquilo que viria a se repetir durante toda a trajetória de implementação do Projeto Baixo-Açu: uma relação desequilibrada entre os órgãos responsáveis e a população da região. As lentes públicas focalizavam o potencial produtivo das terras e deixavam de fora os seus habitantes.

O Projeto Baixo-Açu, como originalmente planejado, constava de três etapas. A primeira consistia na construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves; a segunda, na implantação de um polo pesqueiro; e a terceira, na instalação de um perímetro público irrigado em uma área de 22 mil ha. Seu intuito era desenvolver a região do Vale do Açu, aproveitando o potencial produtivo de suas terras férteis.

Com longos períodos de estiagem que inviabilizam a prática da agricultura convencional no Vale do Açu – resultando em problemas de caráter social, econômico e político – a intervenção diferenciada do Estado na região é justificada pelo objetivo de criar

---

<sup>5</sup> *Ibid.*

<sup>6</sup> BONETI, Lindomar Wessler. *O Silêncio das Águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, 2. ed. p. 40.

<sup>7</sup> *Tribuna do Norte*: trabalhadores rurais do RN escrevem ao presidente Geisel sobre o Baixo-Açu. 04 de março de 1979.

uma infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico. Sendo uma área antes ocupada pela agricultura tradicional de subsistência, pretendia-se fomentar a prática da agricultura irrigada. Assim, o governo pretendia, com a alteração da base produtiva, abrir portas para a modernização da agricultura e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da microrregião.

Apesar disso, o Vale do Açu já contava com uma produção econômica integrada ao grande capital, notadamente a produção de algodão, cera da carnaúba e a pecuária<sup>8</sup>, mas, nos idos da década de 1970, pesquisas técnicas chamaram a atenção para seu potencial adequado ao desenvolvimento de uma agricultura irrigada, por suas boas condições naturais hidráulicas e a fertilidade de suas terras<sup>9</sup>.

Portanto, tem-se por finalidade investigar até onde a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, a implantação de um polo pesqueiro e a instalação de um perímetro de irrigação, no Vale do Baixo-Açu, foi mais uma forma de tornar viável e assimilar a obtenção de capital em favor de grupos empresariais, visto o discurso desenvolvimentista “embrulhado” em justificativas científicas do Estado na época, do que uma política concreta para atender às necessidades da população local.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia prevista para este artigo é de natureza qualitativa, pois, como aponta Gibbs (2009), esse tipo de trabalho descreve e busca esclarecer fenômenos sociais, bem como realiza a investigação de informações.

O trabalho é um desdobramento da pesquisa *Impactos sociais do Vale do Açu*, coordenado pelo professor Francisco Leandro. Em princípio, fizemos um levantamento bibliográfico, ou seja, selecionamos textos relacionados ao tema, de modo a servir de base para a compreensão e para as explanações a serem desenvolvidas, cuja abordagem gira em torno do Projeto Baixo-Açu e dos interesses econômicos que dele partiam. Outrossim, o levantamento foi estruturado com muita cautela, sendo possível obter conhecimento a respeito do que foi o Projeto e quais as suas promessas; sobre a economia e o destino dos recursos públicos; bem como ter uma percepção abrangente dos interesses do DNOCS enquanto agente de implantação da medida.

Realizamos, também, a transcrição de jornais do período, tais quais *O Poti*, *Tribuna do Norte* e *A República*, a partir dos quais pudemos analisar os discursos de defesa e de

---

<sup>8</sup> BONETI, Lindomar Wessler. *O Silêncio das Águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, 2. ed. p. 35.

<sup>9</sup> *Ibid.* p. 40.

oposição ao Projeto. E, em seguida, construímos uma tabela com as promessas feitas pelo DNOCS de modo a proporcionar-nos uma visão geral e de rápida consulta.

Por conseguinte, iniciamos uma análise com todos os dados coletados a fim de esclarecer a problemática que envolvia o Projeto Baixo-Açu.

### 3 DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

As chamadas *Políticas Públicas* são as ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade.<sup>10</sup> Para tanto, a Sociedade Civil Organizada (SCO) – que inclui os sindicatos, as representações empresariais, as associações de moradores, as ONGs e demais grupos – apresentam suas demandas para seus representantes políticos, e esses mobilizam os membros do Poder Executivo para atendê-las.

Como disse Zygmunt Bauman: “a densidade da ocupação espacial resulta na concentração de necessidades. Assim, nas cidades se fazem perguntas que nunca foram feitas, surgem problemas que em outras condições as pessoas nunca tiveram oportunidade de resolver.”<sup>11</sup> Por tais parâmetros, a sociedade é incapaz de expressar-se em sua integralidade. As diversidades geram muitas demandas que se expressam em variados conflitos de ideias e interesses. Portanto, os dirigentes públicos terminam por definir o bem-estar da população, pois tornam prioritário aquilo que, em seu entendimento, está sendo pedido e esperado.

Todavia, a concretização de todas as solicitações é impedida pela escassez e pela limitação dos recursos, levando os grupos a uma disputa em defesa do seu interesse. Após as reivindicações serem reconhecidas e chamarem a atenção dos Três Poderes, o governo formulará as ações de modo a atender as expectativas. Quando ele busca viabilizar as principais, diz-se que está voltado para o interesse público, ou seja, o da sociedade, para maximizar a condição social de vida<sup>12</sup>.

Consideraremos, ainda, que as políticas públicas, em geral, estão associadas, de acordo com uma vasta tradição brasileira, com uma correlação de interesses privados que marcam a vida pública, naquilo que definimos como patrimonialismo. No caso do Projeto Baixo Açu, há ainda um poderoso interesse do capital internacional que assedia áreas potencialmente produtivas.

---

<sup>10</sup> Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. p. 5.

<sup>11</sup> BAUMAN, Z. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 130.

<sup>12</sup> Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. p. 6-7.

### 3.2 PRIMEIROS AGENTES DE INTERVENÇÃO

Em 1909, o Executivo Federal do Brasil criou a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada, em 1919, em Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCS). Sua criação foi resultado da insatisfação com o tratamento ao combate às secas desde 1877. Comissões federais temporárias mostraram-se incapazes de formular um plano para a região, havendo necessidade de uma agência permanente que também eliminasse os abusos praticados na destinação dos recursos, pois esses, muitas vezes, eram utilizados em favor das oligarquias locais<sup>13</sup>.

Apesar de, com a seca de 1915, o Nordeste ainda enfrentar as mesmas dificuldades, na década de 1930 o IFOCS foi mais dinâmico, construindo rodovias, poços e represas. A partir de 1940, tais construções tornaram-se pontos de debate, já que ofereciam apenas solução hidráulica à seca. José Augusto Trindade, primeiro diretor do serviço de pesquisa da IFOCS, publicou artigo onde questionava a desapropriação dos latifúndios situados nas bacias irrigáveis, haja vista que a irrigação deveria trazer o equilíbrio social em favor do pequeno proprietário e demais agricultores.

Em 1945, o IFOCS é renomeado, passando a ser Departamento Nacional de Obras contra as Secas. Seis anos depois, surgiram acusações de incapacidade e corrupção, mas o Departamento continuou a atuação, enquanto sua imagem junto à opinião pública tornava-se cada vez mais negativa, levando a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias. Então, em 1959, o DNOCS passou a ser controlado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pelo governo para tratar da problemática regional, a partir de uma perspectiva desenvolvimentista.

#### 3.2.1 SUDENE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma grande estiagem assolou o semiárido brasileiro em 1958 e o Estado continuava ineficiente no enfrentamento dos problemas relativos às secas. A pressão popular por mudanças estruturais e as tendências desenvolvimentistas<sup>14</sup> da época levaram o governo a

---

<sup>13</sup> Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs>

<sup>14</sup> “A tendência econômica chamada desenvolvimentista, consiste, em síntese, nos seguintes pontos: a) a industrialização é a via de superação do subdesenvolvimento nacional; b) uma industrialização eficiente não pode ser alcançada através das forças espontâneas do mercado; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para tal expansão; d) o Estado deve ordenar a execução da expansão, promovendo investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.” Ver:

intervir na forma de um planejamento regional, já que, na interpretação de Celso Furtado, um dos principais representantes da corrente desenvolvimentista, tal subdesenvolvimento punha em risco a unidade nacional. O Nordeste deixava de ter um problema e passava, ele próprio, a ser tratado como um – a “Questão Nordeste”.

Assim, em 15 de dezembro de 1959, pela Lei nº 3.692,<sup>15</sup> é instituída uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a fim de superar as visíveis desigualdades regionais no Brasil após a industrialização ocorrida na década de 1950. Para promover tal avanço, o órgão deu ênfase ao progresso técnico, especialmente na atividade agrícola, implantando perímetros irrigados, por exemplo.

Segundo Francisco de Oliveira (1987),<sup>16</sup> a SUDENE se caracteriza por uma atuação que procura fazer o capital concentrado no Centro-Sul participar do crescimento do Nordeste e, assim, aumentar sua área de atuação e controle de produção, fazendo uso do recurso público por meio de isenções fiscais, dentre outros benefícios, desdobrando-se, pretensamente, na melhoria da condição de vida da população.

### 3.3 O PROJETO BAIXO-AÇU

O Vale do Açu é uma microrregião do estado do Rio Grande do Norte constituída de nove municípios (ver Fig. 1), que ficam na região da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu, com cerca de 44.000 km<sup>2</sup>. Esse rio é o de maior volume de água do estado e tem o papel principal no abastecimento de água das principais adutoras do interior. (SILVA, 1992; FERNANDES, 1992). A região do Vale do Piranhas-Açu é composta de 28 municípios, na Paraíba, onde o rio nasce, e de 9 municípios, no Rio Grande do Norte. Desde a colonização, a área mais fértil – várzeas do rio em Açu e Ipanguaçu, por isso o Vale recebe tal nome no RN – foi cobiçada para projetos agropecuários e extrativos.

---

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. *O Vale das miragens: grandes projetos hídricos e a 'redenção' do Baixo Açu (1910-1983)*. Natal: UFRN. (Dissertação de Mestrado em História) 2018. p. 139.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128705/lei-3692-59>

<sup>16</sup> IORIO, Gustavo Soares. *Ideologias Geográficas no Brasil sob regime militar: o Ministério do Interior (1967-1980)*. Minas Gerais: UFV. (Monografia de Bacharelado em Geografia). 2007.



Figura 1: microrregião do Vale do Açu. Fonte: encantosdorn.com.br (2019).

Em setembro de 1962, a SUDENE realizou uma parceria com a United States Agency for International Development (USAID). Como fruto, o Bureau de Beneficiamento de Terras (EUA) enviou uma equipe de técnicos ao Brasil e junto à Superintendência e ao DNOCS, desenvolveram um estudo sobre a bacia hidrográfica do Piranhas-Açu. No relatório final, revelaram “haver disponibilidade de até 27.000 hectares de boa terra em Açu”.<sup>17</sup>

Até então, o DNOCS apenas tinha conhecimento sobre uma área irrigável de 12.000 hectares no Baixo Açu e a barragem de Oiticica seria a responsável por irrigá-la. Os estudos de Bureau não somente sugeriram uma delimitação de terras maior como disseram ser “as únicas áreas de grande significação” para fornecer água<sup>18</sup>.

Foi em 1972, após o *Estudo de viabilidade técnico econômica do Projeto Baixo Açu*, realizado pela SERETE S/A ENGENHARIA, contratada pelo DNOCS, que a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves começou a tomar forma, ao passo que a barragem de Oiticica só ganhou corpo anos depois<sup>19</sup>. Mais uma pesquisa, feita pela Hidroservice – Serviços Técnicos de Hidrologia, Hidrografia e Hidráulica Ltda, a mando da SUDENE, também apontou para a possibilidade de outra construção, além da barragem de Oiticica. Assim nascia o Projeto Baixo Açu.

<sup>17</sup> RELATÓRIO da Bureau de Beneficiamento de Terras. *Boletim de recursos naturais*. Pernambuco: SUDENE. Vol. 2. N. ¼. 1964. p. 41.

<sup>18</sup> PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. *O Vale das miragens: grandes projetos hídricos e a ‘redenção’ do Baixo Açu (1910-1983)*. Natal: UFRN (Dissertação de Mestrado em História). 2018. p. 146.

<sup>19</sup> *Ibid.* p. 152.

Como disse Boneti (2003), originalmente compõe-se de três projetos particulares, cada um constituindo uma etapa no processo de implantação do todo.

A primeira etapa constava do projeto da construção da barragem sobre o leito do rio Piranhas Açu, com altura de 40 metros e capacidade de acumulação de 2,4 bilhões de metros cúbicos de água. Foram previstos três anos como prazo de execução do projeto de construção, período no qual ocorreria o desaparecimento de uma cidade, a de São Rafael, com população de 10.700 pessoas, e a construção de uma nova cidade em outro local (Aranha, 1982). A segunda etapa constava do projeto de instalação, a montante da barragem, na bacia de inundação, de um assentamento da população “remanescentes da ação desapropriatória das terras inundadas que, como forma de sobrevivência, seriam beneficiadas com a implantação de um polo pesqueiro” (Gomes da Silva, 1992, pág 24). A terceira etapa constava da instalação, na bacia de irrigação, a jusante da barragem, de um perímetro público irrigado em uma área de 22 mil ha. (BONETI, 2003)

Apesar de parecer promissor, após os anúncios de sua implantação três principais grupos, com interesses diversos, surgiram: a) os defensores do Projeto, pregando o crescimento da região, composto pelos agentes do Estado, empresas, grupos e indivíduos desejando tirar proveito do alto volume de dinheiro público em jogo;<sup>20</sup> b) pessoas ligadas ao poder público e econômico tradicional da região, questionando a implantação por temer a desestruturação de seu sistema de domínio; e c) os camponeses, opondo-se, pelo medo de abandonar a pequena agricultura e tomar um caminho incerto.<sup>21</sup>

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A imprensa da época serviu de porta-voz de disseminação dos discursos desses grupos. Por meio do jornal *A República*, órgão oficial do governo do estado do Rio Grande do Norte, havia a defesa do Projeto; o *Tribuna do Norte*, pertencente a um grupo político de oposição ao partido dos militares, era declaradamente de contrários à implantação – ao menos até dado momento dessa trama, pois a partir de certo ponto, o jornal passa a exibir matérias favoráveis; e, o *Diário de Natal* (aos domingos chamado de *O poti*), mantinha uma posição ambígua, seguindo o jogo conforme prosseguia.

Para defender o projeto, os técnicos, por vezes, chegavam a “culpar” a pequena produção agrícola pelo “atraso” da produção econômica da região. Ou mesmo diziam que o agricultor era “acomodado” e não plantava além do bastante para comer. Em nome da “redenção” do Vale do Açu, enumeravam os diversos benefícios que seriam advindos das implantações, como mostra a tabela abaixo:

---

<sup>20</sup> BONETI, Lindomar Wessler. *O Silêncio das Águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, 2. ed. p. 51.

<sup>21</sup> *Ibid.* p. 55-56;

<i>PROMESSAS QUANTO AO PROJETO</i>			
Regularizar o rio Piranhas-Açu a fim de evitar transbordamentos <sup>22</sup> ;	Irigar 22 mil ha de terra <sup>23</sup> ;	Construir uma barragem maior (2,5 bilhões de m <sup>3</sup> ) que o histórico açude de Orós (1,94 bilhões de m <sup>3</sup> )	Construir um reservatório de água para o consumo <sup>24</sup> ;
Abastecer todo o Nordeste de legumes, verduras, frutas e oleaginosas <sup>25</sup> .	Criar um polo de turismo e lazer <sup>26</sup> ;	Promover o estabelecimento de agroindústrias decorrente da irrigação;	Diminuir o êxodo rural promovendo maior fixação do homem à terra <sup>27</sup> .
Aumentar dez vezes mais a renda média do agricultor da região <sup>28</sup> ;	Viabilizar o desenvolvimento de atividades de pesca;	Gerar cerca de 10.000 empregos diretos;	Indenizar e reassentar população das áreas atingidas pela barragem;

Tabela 1: *promessas quanto ao projeto*. Fonte: elaborada por Josué Basílio, a partir de Boneti (2003).

Em contraposição, em matéria de 1979, do *Tribuna do Norte*, vemos o outro lado por trás da euforia dos técnicos. O texto diz que uma barragem com 2,3 bilhões m<sup>3</sup> d'água provocará irreversíveis distúrbios na ecologia do vale, fazendo desaparecer uma das maiores reservas de carnaúbas do Brasil (espécie de palmeira que se constituía no principal produto de exportação do Vale do Açu). A situação também preocupava os camponeses e pequenos proprietários.<sup>29</sup> Por residirem na área diretamente atingida, ficavam inquietos quanto a sua sobrevivência, pois vislumbravam a possibilidade de serem os únicos a pagarem o preço do tão propalado progresso. Pela falta de informações mais precisas, acreditavam ser impossível se integrarem no futuro projeto. Usar do progresso e do desenvolvimento como moeda de troca para abandonarem a área não lhes parecia razoável, muito menos lhes importava discutir acerca dos meandros técnicos de tais assuntos – buscavam apenas a garantia de receber o que tinham direito nessa “troca”.

Apesar de discutirem sobre a viabilidade, o Governo Federal já havia decidido quanto ao Projeto, sem abertura para reversão. Com o início das obras em 1979, anunciaram

<sup>22</sup> BONETI, Lindomar Wessler. *O Silêncio das Águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, 2. ed. P. 51

<sup>23</sup> *Ibid.* p.50

<sup>24</sup> *Ibid.* p.54

<sup>25</sup> Jornal A República. Natal, RN: “Vale do Açu a um Passo da Irrigação- o Vale da Promissão”, 21 de dezembro de 1973.

<sup>26</sup> BONETI, Lindomar Wessler. *O Silêncio das Águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, 2. ed. P. 53

<sup>27</sup> Jornal A República. Natal, RN: “Projeto Baixo-Açu Vai Reduzir o Êxodo Rural”, 24 de janeiro de 1979.

<sup>28</sup> *Ibid.*

<sup>29</sup> Jornal Tribuna do Norte (Natal, RN): “A Destruição de Um Vale”. 23 de fevereiro de 1979.

também que a cidade de São Rafael seria “engolida” pelas águas da barragem e uma nova cidade seria construída para abrigar a população. Os moradores mais resistentes permaneceram em suas casas e foram expulsos quando a água já enchia e ilhava suas residências.

O primeiro impacto que o projeto Baixo-Açu causou foi sobre as relações de trabalho. Primeiro, destruiu o antigo sistema de produção, ou seja, os camponeses instalados na área desapropriada pelo DNOCS. Para o Estado, a “limpa” do espaço daria lugar a um novo sistema de produção com a vinda de empresas de exploração da agricultura irrigada. Porém, quando elas chegaram, o mercado de trabalho estava despedaçado. A atitude do Estado afastou a mão-de-obra da região, obrigando as empresas a investir, por exemplo, na implantação de um sistema de transporte para os trabalhadores que vivem nas cidades vizinhas e na construção de alojamentos, possibilitando a permanência dos funcionários no local de trabalho durante a semana.<sup>30</sup>

A maioria dos antigos habitantes do Vale do Açu migraram para as periferias de cidades próximas ou mesmo para Natal, capital do estado. Lá, sobrevivem por meio dos ganhos com atividades informais ou com a construção civil. O deslocamento e consequente afastamento geográfico dessa que seria a principal mão-de-obra do Projeto Baixo-Açu pode ser uma das razões por que as empresas de fruticultura irrigada instaladas na área não empregaram esses trabalhadores – além de considerá-los inexperientes e despreparados para as exigências corporativas. Outra razão para a saída é terem feito uso do “benefício” advindo da expropriação. Com o valor recebido pela desapropriação ou pela venda da pequena propriedade eles puderam comprar uma residência na cidade.<sup>31</sup> Então, de fato, o “urbano” alcançou a população do Vale, mas não como o Estado pregava. Ao invés de a própria região receber os adventos típicos das grandes cidades, a população foi forçada a sair em busca de alternativas de sobrevivência nos centros urbanos.

As empresas de fruticultura irrigada instaladas na localidade têm em seu quadro funcionários que exercem atividades administrativas, técnicas e especializadas, aos quais os direitos trabalhistas são garantidos. Enquanto isso, os trabalhadores do campo não recebem esse tratamento. Não cumprem com alguns requisitos legais e as empresas os inserem numa dinâmica de trabalho rotativo, fazendo com que esse tipo de trabalhador não seja fixo. Assim,

---

<sup>30</sup> BONETI, Lindomar Wessler. *O Silêncio das Águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, 2. ed. p. 162.

<sup>31</sup> *Ibid.* p. 164-165.

quando são despedidos, procuram por outra empresa, seja ela de exploração agrícola ou ceramista.

Assim, a vinda do Projeto e, conseqüentemente, da barragem, mais surtiu o efeito de um tsunami, destruindo as terras, as moradias e a vida da população do Baixo-Açu.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base as explanações desenvolvidas no presente trabalho, afere-se que, após a população da cidade de São Rafael passar pela desapropriação de suas terras e serem deslocadas para a “nova cidade”, tiveram uma certa dificuldade com essa transição, uma vez que o DNOCS não cumpriu com boa parte de suas promessas, principalmente no que diz respeito a indenizar e reassentar os moradores das áreas atingidas pela barragem.

O objetivo do trabalho foi de levantar questionamentos a respeito dos perímetros irrigados e da política de interesses por trás do Projeto Baixo-Açu: para quem seria mais viável? A barragem resolveria os problemas enfrentados, diariamente, por aquele povo? Quem paga o preço pelo “desenvolvimento”? Foram algumas das numerosas indagações.

A “redenção” proposta pelos agentes, de forma teórica, afirmava trazer inúmeros benefícios para a região do Vale do Açu, porém, ao analisarmos a situação das cidades que estavam atreladas a esse desenvolvimento, estas não obtiveram tal progresso. Com isso, notamos que o embelezamento retórico da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves foi muito maior que o trabalho e a responsabilidade de fazer o que, de fato, foi dito.

A população foi colocada, de certa forma, de escanteio pelo Governo, uma vez que ele demonstrava mais preocupação e realismo em engrandecer as terras férteis, e ficaram tão cegos pelos resultados das pesquisas e pelas esperançosas promessas a serem realizadas, que desprezaram as necessidades da sociedade. Pode-se afirmar que houve ilusões por parte do poder público, que falhou em cumprir seu dever mínimo de garantir o bem-estar dos indivíduos do Vale do Açu.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.

ARANHA, Terezinha de Queiroz. *Projeto Baixo-Açu: desenvolvimento para quem?* Natal: Grupo de estudos sobre a problemática da seca/UFRN, 1982. (datil.)

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BONETI, Lindomar Wessler. *O Silêncio das Águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social*. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, 2. ed.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs>

GIBBS, Graham. *Análise de Dados Qualitativos*. Artmed Editora S.A., São Paulo, 2009.

GOMES DA SILVA, Aldenor. *A parceria na agricultura irrigada no Baixo-Açu*. Natal: CCHLA/UFRN, 1992.

IORIO, Gustavo Soares. *Ideologias Geográficas no Brasil sob regime militar: o Ministério do Interior (1967-1980)*. Minas Gerais: UFV. (Monografia de Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa. 2007.

Jornal A República. Natal, RN: “*Vale do Açu a um Passo da Irrigação- o Vale da Promissão*”, 21 de dezembro de 1973.

Jornal A República. Natal, RN: “*Projeto Baixo-Açu Vai Reduzir o Êxodo Rural*”, 24 de janeiro de 1979.

Jornal Tribuna do Norte. Natal, RN: “*A Destruição de Um Vale*”. 23 de fevereiro de 1979.

Jornal Tribuna do Norte. Natal, RN. “*Trabalhadores rurais do RN escrevem ao presidente Geisel sobre o Baixo-Açu*”, 04 de março de 1979.

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. *O Vale das miragens: grandes projetos hídricos e a ‘redenção’ do Baixo Açu (1910-1983)*. Natal: UFRN. (Dissertação de Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2018.

*Mapa Vale do Açu*. Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.encantosdorn.com.br/roteiro/vale-do-acu>

Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

RELATÓRIO da Bureau de Beneficiamento de Terras. *Boletim de recursos naturais*. Pernambuco: SUDENE. Vol. 2. N. ¼. 1964. p. 41.

Resenha: OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia Para uma Re(li)gião*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Hiago Pereira Barbosa. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.6, n.16, p. 138-142, 2014.